

A Programação cultural e o projecto artístico no seio da comunidade. A importância da cultura na sociedade do conhecimento. Visões humanistas e entornos sócio-económicos ¹

Esperava-se, talvez, uma comunicação oficial, no sentido mais burocrático do termo. Mas acho que não consigo estabelecer bem o que seja uma “comunicação oficial”. Prefiro, por isso, simplesmente, procurar dizer o que sinto que devo dizer, sem uma preocupação com a forma mais adequada de o dizer, antes com a vontade de comunicar.

A vida das palavras tem sofrido com a constante sobreposição de sentidos, a sua utilização excessiva ou indevida, a sua substituição por comunicações visuais massificadas e mensagens elípticas do dispositivo de consumo desta sociedade esquizofrénica do “capitalismo tardio”, que habitamos.

Começo, pois, por procurar definir palavras, sem fazer a história das mesmas, já que o tempo disponível não convida a tanto.

“Sociedade do Conhecimento”: é a muleta, o cabide societal que se segue a “Sociedade da Informação” caracterizada esta pelo “papel social crescente da informação, por um crescimento da partilha dos produtos e serviços de informação no PIB e pela formação de um espaço global de informação.

A “Sociedade do Conhecimento” caracteriza-se por uma proporção alta na população activa de profissionais que criam, modificam e/ou sintetizam conhecimento como parte integrante das suas ocupações e onde o desenvolvimento

¹ Comunicação realizada nos Encontros Alcultur 2009, Lagos

das competências cognitivas é objecto prioritário do sistema, do projecto educativo.”²

O que é o Humanismo? É de rir, pensar que aqui vou definir Humanismo. Mas só lembrar alguns chavões:

“Humanismo” – o Homem, “ medida de todas as coisas” (Protágoras século V aC);

A afirmação no século XV e XVI, onde pelo estudo de autores clássicos greco-latinos se procura densificar o sentido do humano.

A pulverização do conceito – H. Iluminista, H. Positivista, H. Idealista, H. Cristão, etc. – no dizer de Costa Ramalho, na “velhinha” enciclopédia Luso-Brasileira, “No limite, há tantos humanismos como concepções do Homem”³.

O que nos deixa um problema – não há consensos sobre esse modelo, esse ideal que será referência para o “homem contemporâneo”. Acreditarei, pois, que o Humanismo, aplicado aqui, será a consideração de todo o pensamento, de toda a emoção, de toda a acção que permita aos sujeitos em sociedade afirmar o seu estatuto individual e a sua pertença colectiva em liberdade e consciência. Esta afirmação pode colocar outra perplexidade – não já a difícil definição de consciência mas a aceitação de patamares de consciência.

A programação cultural e os projectos artísticos no seio da comunidade serão geradores de humanismo, de elevação do consciente individual e colectivo, aqui tomados como patrimónios de sentimento, memória, razão, por baixo da pele, escritos na pele de cada um de nós, mas também na

² Os conceitos de “sociedade da informação” e de “sociedade do conhecimento” aqui utilizados são adaptados e desenvolvidos a partir de texto do GPEARL do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

³ Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura, vol. 10º

definição e na inscrição do *connosco*, do sentido de comunidade.

Perscrutar a genealogia do saber é um elemento necessário do discursivo (o que, naturalmente, remete para as perspectivas foucauldianas⁴). Intuímos, que de muitas formas, a nossa vida, muito nas nossas vidas, é citação, é repetição, é a afirmação de conhecimentos, competências, simbologias, visões das pessoas e das coisas que já fizeram o seu caminho ao longo dos séculos. Somos, naturalmente, preconceituosos, ou seja, estamos vestidos de heranças que nem sabemos identificar mas que condicionam o modo como pensamos, como sentimos, como agimos ou omitimos.

A Cultura, hoje, é tudo, e por isso não é nada. Quero dizer, o campo do cultural é uma espécie de *Chernobyl em movimento* – tudo contamina, tudo inclui, tudo transforma, tudo tumoriza. Pode, pois, falar-se de uma “doença cultural” (já não só uma espécie de *spleen* baudelairiano⁵, com ou sem Cesário Verde⁶, com ou sem Pessoa⁷), da qual somos possuídos. Pode até dizer-se que esta possessão nos torna irmãos. A irmandade já não no sangue, no ritual de uma seita, mas na inclusão no manto sufocante do cultural.

É a cultura política, a cultura económica, a cultura científica, a cultura gastronómica, a multiculturalidade, a interculturalidade, a cultura das minorias, a cultura urbana, a cultura das massas, as elites culturais, a cultura das vanguardas, a cultura popular, a anti-cultura, a cultura moderna, a cultura pós-moderna...

⁴ Foucault, Michel, “A Arqueologia do Saber”, ed. Almedina, 2005

⁵ Baudelaire, Charles, “Les Fleurs du Mal”, ed. Poésie/Gallimard, 2007

⁶ Verde, Cesário, Poesia Completa, ed. Dom Quixote, 2001

⁷ Soares, Bernardo, “Livro do Desassossego”, ed. Richard Zenith, Assírio&Alvim, 2001

Também aqui podemos declarar, anos depois da proclamação do fim da História, por Fukuyama⁸, o “fim da Cultura”!

Fukuyama acreditava, que a partir dos anos oitenta do século passado, o poder político da Democracia iria dominar o mundo e que as sociedades viveriam segundo um paradigma comum, chegando a um estado evolutivo homogêneo. A sequência da História recente, veio provar que esta não tinha acabado, antes estava em movimento e que a homogeneidade não se concretizava, que a democracia não imperava, que o Presente e o Futuro são incertos. Que talvez Huntington⁹ estivesse mais perto da verdade.

Anos depois do livro de Fukuyama, notamos que a Cultura, na sua diversidade contemporânea, paradoxalmente, homogeneizou – ou seja – afirmou, apesar dos radicalismos, a sua presença como elemento evidente do social – as sociedades da globalização aceitaram predominâncias – ao lado de identidades autónomas há identidades partilhadas, promovendo o conceito de identidades múltiplas.

A mediação dos suportes digitais tudo aproximou, tudo misturou, tudo, de alguma forma higienizou – pois se o mais depravado sexo está à mesma distância temporal e física que as orações mais sagradas, as imagens de morte mais cruas ou os poemas mais sublimes, tendo como rodapé os novos produtos da Amazon e as caixas abertas do Messenger, do Twitter, do Skype, do Face Book, do Second Life?

Nestes termos, a Cultura morreu. Ou seja, ao em tudo estar presente, terá deixado de ser tema, passou a ser a cama onde todos nos deitamos.

Acordar... acordar é outra coisa.

⁸ Fukuyama, Francis, “O Fim da História e o último homem”, ed. Gradiva, 1992

⁹ Huntington, Samuel P., “O choque de civilizações e a mudança na ordem mundial”, ed. Gradiva, 2003

Será assim?

Talvez sim e talvez não.

Talvez sim, no sentido de considerarmos evidente a presença da Cultura. Ao assumirmos essa presença como evidente estamos a matar possibilidades, a dar por adquirido o que não está, necessariamente, conquistado.

Bauman¹⁰ refere a presença cultural distinguindo a Cultura como conceito, a Cultura como estrutura, a Cultura como *praxis*. E considera que não se pode descontextualizar a Cultura das interações humanas.

Por outro lado, e usando a óptica de Jacques Rancière¹¹, talvez não. Porque a distribuição do que é acessível em termos culturais é desigual, nem todos temos estatutos iguais no sistema de distribuição cultural.

Quando a Cultura se torna uma espécie de “usura do áudio-visual”, a vertigem das imagens de que fala Paul Virilio¹² faz que a memória se perca, a capacidade de retenção diminua, quando os “graus de realidade nos media e na cultura”, como diz Derrick de Kerckhove¹³, variam, a Cultura sincretiza realidades e universos oníricos sem fronteira – e, paradoxalmente, a realidade, só a realidade, permite espaço para o sonho. E sem condições para sonhar dificilmente se pode falar de Humanidade.

Hoje, as inteligências, as emoções e os dispositivos de conhecimento e comunicação organizam-se em rede, como

¹⁰ Bauman, Zygmunt, “La cultura como praxis”, ed. Paidós, 2002

¹¹ Rancière, Jacques, “The politics of aesthetics”, ed. Continuum, 2005

¹² Virilio, Paul, “Cibermundo: a política do pior”, ed. Teorema, 2000

¹³ Kerckhove, Derrick de, “A pele da cultura”, ed. Relógio d’Água, 1997

intuiu Manuel Castells¹⁴. A transformação pessoal e social leva a um campo que é a nova “terra incógnita”.

De facto, ainda estamos a dar os primeiros passos na articulação dos patamares de realidade que hoje habitamos, na composição físico-química do novo humano, integrada com as suas extensões tecnológicas.

A convivência, em simultâneo, de universos presenciais e físicos com outros virtuais e etéreos, como acontece, por exemplo, quando, ao mesmo tempo, se conduz um automóvel, se pensa no jantar, se fala ao telefone, se orienta pelo GPS, sentindo o calor do aquecimento central, ouvindo as notícias da rádio e mascarando uma pastilha, enfim esta simultaneidade é exemplo da erosão de um certo sentido do humano, do rompimento, do surgimento de outro sentido do humano.

Todavia, simultaneamente, surgem e proliferam comunidades alternativas – os que investem na vida saudável, na slow food, na slow life.

Ou os que preferem ir para a floresta de botas altas, cobertores e latas de feijão relembrar as origens.

Ou os que se derretem à frente da X-Box até mais não.

E todos aqueles outros, ainda a maioria da população do mundo, que fora destas oportunidades, vive e morre de pouco ou nenhum pão, não tem acesso à Internet nem sequer ao ensino primário ou a água potável.

Na Ásia, na África, nas Américas, na Europa, e em Portugal, numa rua por vezes bem perto de si.

¹⁴ Castells, Manuel, “A sociedade em rede”, ed. FCG, 2002

Descendo, ou se se quiser, subindo para as questões práticas:

Onde e como se reflecte o dispositivo cultural nas nossas comunidades? Qual o papel dos mediadores? O que é programar?

Vivemos num país desigual. Ainda e julgo que, infelizmente, por muito tempo, Litoral e Interior; macrocefalia das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e poucos núcleos urbanos com escala de cidade; economia estruturalmente pobre e complexos de novos ricos; paisagens deslumbrantes e construtores civis tótós; necessidade de coesão e dificuldade de trabalho em equipa.

Vivemos também num país cheio de oportunidades: o incremento das acessibilidades viárias, as novas exigências ambientais e construtivas, o aumento dos graus de literacia da população, o aumento das possibilidades de circulação internacional, a relevância e reconhecimento dos nossos criadores e das nossas dinâmicas culturais.

Um dos problemas, neste nosso país real, é a distribuição do Conhecimento, havendo vários dispositivos, em diferentes áreas , que estão a procurar acelerar a diminuição ou desaparecimento de desigualdades de acesso.

Aqueles que acedem aos dispositivos mais actuais, evoluem depressa. Os que não acedem, ficam para trás. Mas os que acedem, quanto mais acedem, mais depressa evoluem – e os que não acedem, têm cada vez maior dificuldade em aproximar-se, antes pelo contrário, é como, em termos relativos, o Conhecimento se transformasse num acelerador exponencial, num *foguetão cognitivo*, a afastar-se em proporção geométrica do ponto de partida.

Esta é a equação com que as comunidades mais ricas e mais pobres de Portugal se deparam. É também a equação com que Portugal, no seu todo, se depara na relação com os seus parceiros europeus.

O meio cultural, os agentes culturais, têm graus de qualificação, em geral, superiores aos da média da população activa. Assim, a nossa responsabilidade social aumenta.

Não se trata, por isso, só de lamentar a condição das dificuldades que, por ventura se nos deparam. Trata-se, também, de perceber a dimensão e o poder das competências que possuímos.

Poder para criar, mediar e programar, nomeadamente.

Para que a Cultura não seja um leito de morte, um veneno bom virado para o nosso eterno contentamento.

Digo-o, claro, a título de provocação preventiva. Digo-o respeitosamente, por aqui se encontrarem muitos responsáveis por desenvolvimentos muito positivos da vida das suas comunidades, de desenvolvimentos muito positivos do país.

Um país que já não remete para o imaginário camoniano, para a “arte de ser português” de Teixeira de Pascoaes¹⁵ ou para os “Elementos Fundamentais da Cultura portuguesa”¹⁶ de Jorge Dias.

Um Portugal que José Gil¹⁷ convoca com o medo da inscrição, da capacidade do agir, e que nesse sentido dá continuidade evocativa à falta de cumprimento de um

¹⁵ Pascoaes, Teixeira de, “Arte de ser português”, ed. BI.020, 2007

¹⁶ Dias, Jorge, “Os elementos fundamentais da cultura portuguesa”, INCM, 1986

¹⁷ Gil, José, “Portugal, Hoje: O Medo de Existir”, Relógio d'Água, Lisboa, Novembro de 2004

destino, à determinação de um destino, como lembra Fernando Pessoa¹⁸, Agostinho da Silva¹⁹, Eduardo Lourenço²⁰.

Um país onde mais facilmente se critica do que se reconhece e promove quem trabalha bem. Onde até, por vezes é melhor destruir do que construir, ou estar parado do que arriscar fazer alguma coisa. Um país em que temos, por vezes, vergonha de sorrir, de partilhar o contentamento e onde o peso patológico de certos Passados está ainda presente de forma excessiva.

Nós, os que trabalhamos com a “coisa cultural”, temos um poder específico, o do território simbólico, que, estranhamente, no campo económico ganhou distinção com a deliciosa nomenclatura de “bem intangível”, que no campo educativo ganhou lugar ao lado do desporto e das línguas estrangeiras, que no campo político desemboca na “sociedade do conhecimento”.

E o que vamos fazer deste Poder? Vamos inscrevê-lo na vida das nossas comunidades? Vamos ser capazes de construir as redes de pessoas, organizações, espaços, mediações, que estructurem projectos de curto, médio e longo prazo?

Ou vamos limitarmo-nos a ser uma espécie de agentes coloridos da sociedade de consumo, um contributo, sei lá.... “contemporâneo”, do dispositivo do “entertainment”?

Ou pior ainda, vamos ser o “umbigo do mundo” de que fala Sloterdijk²¹, cada um de nós esse pequeno e grande buraco,

¹⁸ Pessoa, Fernando, Textos de Crítica e de Intervenção, Coleção prosa, ed. Ática, 1993

¹⁹ Silva, Agostinho da, Discursos (col. Paulo Alexandre Esteves Borges), ed. ICALP, 1989

²⁰ Lourenço, Eduardo, “O labirinto da saudade”, ed. Gradiva, 2007

²¹ Sloterdijk, Peter, “Ensaio sobre a intoxicação voluntária”, ed. Fenda, 1999

onde um qualquer exercício concentracionário pode roubar o olhar?

Acredito que podemos “programar” para lá do “umbiguismo”.

O “programador cultural”, termo ambíguo, merece um comentário, antes de finalizar estas minhas palavras.

No “sistema cultural”, se assim podemos chamar-lhe, uma espécie de sub-sistema do “sistema social”, os papéis dos agentes tem evoluído com grande velocidade. A aferição do estatuto social dos diferentes papéis do sistema cultural não é tarefa fácil – artistas, comissários, programadores, produtores – todos disputam hegemonias, muitos confundem-se ou exercem múltiplos papéis, e a correlação de forças, de protagonismos entre os diversos agentes tem sido de constante transformação. Foucault²², mais uma vez evocado, colocava em dúvida, o papel, o estatuto, da figura do “autor”, numa inquirição sobre o estatuto da individuação criativa que releva de heranças eventualmente neo-marxistas mas que coloca uma questão decisiva: hoje, o que é autoria? Qual a importância das autorias em diversos papéis – de artista, de produtor, de programador, etc.?

Não há, é claro, uma resposta certa. É preciso contextualizar cada realidade, cada comunidade, cada projecto. Mas dito isto, espera-se que um programador não seja um simples funcionário kafkiano em processo de consulta de um *site* à procura da banalidade do momento para preencher a sua quota de tesourinhos deprimentes do teatro municipal para contentamento de vereadores ou presidentes de câmara que achem que o que gostam ou não gostam é mais importante do que o sentido da definição de uma política. Felizmente, muitos há , programadores e agentes políticos, que não

²² Foucault, Michel, “O que é um autor?”, ed. Vega, 2006

encaixam este chapéu. Quem se sente tocado, sugiro que tente mudar.

E espera-se que haja agentes culturais a relativizar o umbigo, na procura de públicos, de interlocutores, de receptores, de interacção, de comunidade, de construção social, de construção da cidade – cada comunidade, independentemente da sua dimensão, ou se assume como “cidade” – o espaço dos cidadãos – ou limita-se a ser um aglomerado de casas, ruas, equipamentos.

No que concerne à estrutura do Ministério da Cultura que dirijo, tudo farei, com a minha equipa, para contribuir para uma melhoria da coesão, da coerência e desenvolvimento da distribuição cultural no território, consciente que o nosso trabalho é sujeito a um escrutínio dos mais abertos e exigentes que há sobre a administração pública no país e que pela natureza da nossa missão é impossível contentar todos os agentes em presença. Mas o nosso objectivo não pode ser e não é contentar todos os agentes em presença. É prestar, no âmbito das disponibilidades e competências que nos estão atribuídas um serviço público, que passa pelo suporte aos agentes culturais, mas acima de tudo, pela capacidade de definição de políticas e estratégias que contribuam para a afirmação das artes como factor de sustentação e crescimento pessoal e social, e da sua difusão exigente em termos nacionais e internacionais.

Neste ano de dificuldades que vivemos, o Ministério da Cultura aumentou o valor disponível para apoiar os projectos culturais, criámos novas áreas de apoio regular, abrimos novos programas de apoio pontual, criámos um forte programa de internacionalização para o aperfeiçoamento profissional, aumentámos os valores de contratualização com municípios e agentes culturais, somos parceiros do QREN na concepção e avaliação de candidaturas do financiamento

para a programação cultural em rede. Estamos a preparar outras presenças, que ainda este ano serão efectivas.

Muito obrigado.

Jorge Barreto Xavier
Lagos, Março de 2009